

INSTRUMENTO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARME REMOTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI E A EMPRESA ALB – MONITORAMENTO DE ALARME.

CONTRATO ABHA Nº 004/2015

A **ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI – ABHA**, associação sem fins lucrativos de direito privado, Entidade Equiparada/Delegatária das funções de Agência de Bacia, inscrita no CNPJ: sob o nº 06.536.989/0001-39, isenta de inscrição estadual, com escritório na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, na Rua Jaime Gomes, nº 741 – Centro – CEP 38440-244, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Interino, RONALDO BRANDÃO BARBOSA, brasileiro, casado, Médico Veterinário, residente e domiciliado na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº 426.225.146-20 e Cédula de Identidade com o nº MG-717.125 SSP/MG, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado, a empresa **ELETRÔNICA NUCLEAR LTDA ME**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.164.872/0001-98, com sede na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, na Praça Farid Nader, nº 217 – Centro – CEP 38440-135, neste ato representada juridicamente pelo seu representante legal, Marcos Paulo da Silva, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº 032.297.656-13 e Cédula de Identidade com o nº M-8.806.134 SSP/MG, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a realização do objeto do presente Contrato mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de instalação, manutenção do sistema eletrônico de Alarme e os serviços de estação monitora de alarme remoto, consistentes dos seguintes itens:

- I. Instalação, que ora se define como a atividade de instalar os Equipamentos no Local Protegido;
- II. Monitoramento, que ora se define como a atividade de receber, via *linha telefônica*, ou via GPRS, o sinal de alarme proveniente dos Equipamentos instalados no Local Protegido ao painel de controle da estação monitora instalado no endereço da Contratada e, diante do recebimento do sinal de alarme:
 - a) Dar aviso à autoridade policial, mediante contato telefônico, nos moldes previstos na “ficha de monitoramento” (anexo I), acusando o recebimento de um sinal do alarme remoto, aviso este seguindo sempre as instruções de ordem sequencial de contatos contidos nesta referida ficha;
 - b) Enviar pessoal administrativo ao local para adotar as “providências suplementares”, desde que ajustadas com a Contratante (anexo II);

- III. Manutenção, que ora se define como a prestação de manutenção rotineira nos Equipamentos, consistentes nos seguintes itens:
- a) Verificação preventiva e corretiva do sistema;
 - b) Reparo de avarias constatadas em visitas de manutenção preventiva;
 - c) Será cobrada da Contratante, *mão de obra e materiais*, nos casos em que:
 - o Houver a necessidade de visitas técnicas para reparar defeitos causados pelo usuários;
 - o Houver a necessidade de mudanças nos equipamentos já instalados em decorrência de reformas no prédio ou mudança de endereço.
 - o Os valores e formas de pagamento deverão ser acertados antecipadamente, pois estes não estão inclusos no valor da mensalidade do monitoramento.
- IV. No caso de aviso a ser dado ao Órgão Público, este se fará nos moldes exigido ou determinado pelo próprio Órgão Público e precedentemente no molde e sequência prevista na “*Ficha de monitoramento*” (anexo II), a ser preenchido e assinado pela Contratante, fazendo parte integrante deste contrato.
- V. A Contratada Obriga-se a fornecer à Contratante, o relatório da sequência de providências tomadas, no caso de haver ocorrido uma detecção de alarme, ou quando solicitado.
- VI. As palavras de advertência afixadas na parte externa do prédio são de propriedade da Contratada, e no caso de rescisão deste instrumento, serão retiradas.
- VII. A Contratante fica ciente, concorda e entende que o serviço prestado pela Contratada é uma atividade de meios e não de resultados, sendo que estes cabem ser efetivados pelo Órgão Público de Segurança competente, sendo que a Contratada não realiza nem pratica nenhuma ação direta contra os acontecimentos denunciados pelo sinal de alarme remoto recebido, cabendo ao Órgão Público pratica tal ação. Cabe para a contratada realizar a ação indireta de dar aviso do acontecimento denunciado por um alarme, na forma já especificada no item IV.
- VIII. Parágrafo único: A Contratante fica ciente, concorda e entende que a Contratada não tem responsabilidade por eventual insuficiência ou ineficiência do Órgão Policial, no atendimento ao seu caso.

CLÁUSULA SEGUNDA – PROVIDÊNCIAS

2. Para atender o objeto do serviço citado na cláusula 1ª; item II (a), a Contratada após o recebimento do sinal de alarme remoto, ato continuo entrará em contato telefônico com as (providências) pessoas listadas na “ficha de monitoramento” (anexo I), consoante a sequência prevista nesta ficha.

- I. A Contratada está isenta de responsabilidade pela omissão ou incorreção de qualquer das pessoas relacionadas na “ficha de monitoramento” (anexo I), eis que as atitudes dessas pessoas, indicadas pela Contratante e que são da sua confiança, são, portanto de sua responsabilidade. Igualmente não se responsabilizando por impossibilidade de contato, ou atendimentos telefônicos automáticos, *verbi gratia*: os feitos por aparelhos de secretária eletrônica, caixa postal de voz, bem como mudança de número telefônico não comunicado por escrito.
- II. É dever da Contratada comunicar por escrito firmado, as mudanças a serem inseridas na “ficha de monitoramento” (anexo I), no tocante às pessoas ou aos números telefônicos, eis que isto é da sua inteira responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO

3. O presente contrato tem vigência de 12 meses, iniciando-se em 15/04/2015. Decorrido este prazo, fica prorrogado o contrato por igual prazo, salvo se denunciado por escrito, por qualquer das partes, com antecedência mínima de 30 dias antes do termo final, sem que esta denúncia contratual acarrete algum ônus ao denunciante. E assim sucessivamente ano a ano, incluso no que tange a possibilidade da denúncia contratual.

- I. No decorrer do prazo contratual, o presente contrato somente poderá ser denunciado desde que justificadamente, sob pena de infração contratual, concedendo-se à outra parte o prazo de dez dias para sanar os problemas apontados.
- II. Parágrafo segundo: Constituem justa causa para a rescisão deste instrumento, não limitativamente:
 - a) Inadimplência contumaz da Contratante;
 - b) Constatação de defeito de complexidade extrema, não apontada pela Contratante, existente nos Equipamentos ou instalações telefônicas utilizadas pela Contratante que impossibilite a efetiva e eficaz prestação dos serviços;
 - c) Descumprimento de qualquer cláusula contratual;
 - d) O pedido de concordata ou a decretação da falência qualquer das partes.
- III. Se a Contratante causar a rescisão do presente contrato antes do findo, não desobriga do pagamento de todo e qualquer eventual débito que tenha criado em virtude de sua utilização dos serviços proporcionados nos termos deste contrato.
- IV. Desde que a Contratante comunique por escrito haver constatado defeito nos Equipamentos, não sanável pela manutenção, a Contratada obriga-se a substituí-lo por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, em 72 horas contadas do recebimento da solicitação.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4. Pelos serviços ora ajustados, a Contratante pagará uma assinatura mensal, à Contratada, a título de monitoração 24 horas, a quantia de:

Sistema de alarme 24h	R\$ 94,00 (noventa e quatro reais)
Sistema de cerca Elétrica	R\$ 40,00 (quarenta reais)

- I. Perfazendo uma total de R\$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais) mensais. A atualização deste valor será anual, e tem por base o mês de *ABRIL*, para o reajuste, de acordo com a incidência do valor cumulativo do Índice Geral de Preços ao consumidor de Mercado IGPM/FGV, ou na sua falta outro que venha a melhor refletir a inflação, podendo ainda ser solicitado por parte da CONTRATADA um realinhamento de preços, caso haja aumentos expressivos de energia ou combustíveis.
- II. O preço referido nesta cláusula tem por base o mês a vencer.
- III. Caso o governo Federal autorize reajuste por períodos inferiores a um ano, o presente contrato tão logo se encerre o período de 12 meses em curso, ao renovar-se automaticamente, passará a ser reajustado no período permitido pelo Governo.
- IV. A remuneração da Contratada será faturada mensalmente à Contratante, com vencimento previsto todo o dia 10 (dez) de cada mês, subsequente aquele em que os serviços tiverem sido prestados, e deverá ser paga no estabelecimento bancário por ela indicado, ou diretamente em seu escritório.
- V. O eventual atraso de até 10 dias no pagamento da remuneração da Contratada não será considerado infração contratual, mas implicará no acréscimo de multa de 2% sobre o valor da prestação em atraso.
- VI. O atraso no pagamento que se estenda por 30 dias implica na automática subsequente suspensão dos serviços ora contratados, sem qualquer aviso, enquanto perdurar o atraso.
- VII. O momento da rescisão contratual por inadimplência ou a continuidade da suspensão dos serviços, é uma opção a critério da Contratada.
- VIII. O recebimento pela Contratada da retribuição pecuniária mensal fora do prazo previsto, com ou sem incidência de correção, multas e juros aqui previstos, valor diferente, não implicará tal atitude em novação contratual, eis que se trata de mera liberalidade de credora. Bem como a não utilização pela Contratada de qualquer das suas prerrogativas contratuais, não importará em novação ou renúncia de direitos, podendo passar a exercê-los a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

5. A Contratante fica ciente que é sua, a responsabilidade das consequências da solicitação ou indução de pedidos de socorro indevidos, a serem encaminhados pela Contratada para os órgãos públicos, no que tange a infringência e sua incidência no delito de “*falsa comunicação de crime*”, prevista no Código Penal Brasileiro.

- I. No caso de ocorrer um disparo acidental de alarme, a Contratante, deve comunicar o fato imediatamente à Contratada, por telefone informando o ocorrido.
- II. Testes no equipamento eletrônico de segurança devem ser solicitados antecipadamente e acertados por telefone, cientificando antes à Contratada, para que não aconteça alarme falso que venha acarretar para a Contratante as sanções penais previstas no Código Penal Brasileiro.
- III. Considerar-se-á infração contratual, por parte da Contratante, a realização de testes sem aviso prévio, acionamento desnecessário de dispositivo de segurança ou outras atitudes semelhantes, que gerem a recepção de alarme falso.
- IV. A Contratante é a única responsável perante os órgãos policiais que venham a ser acionados pela Contratada em decorrência de suas solicitações, pelas consequências da solicitação ou indução de pedidos de socorro indevidos.
- V. Está ciente de que quando houver a necessidade de mudanças físicas no prédio em que está instalada a Central de Alarme, estas deverão ser comunicadas imediatamente ao departamento técnico da Contratada, para que se faça uma vistoria técnica no local, para evitar que tais mudanças não venham comprometer o bom funcionamento do equipamento de segurança eletrônica.
- VI. Está ciente que se tais mudanças forem efetuadas sem os cuidados citados no item anterior, a Contratada se isenta de qualquer responsabilidade, caso haja algum sinistro, e o Sistema de Alarme não funcionar a contento em função destas mudanças.
- VII. Está ciente que todo *Equipamento fornecido pela Contratada*, tem garantia de um ano pelo fabricante, a contar da data deste contrato de prestação de serviço, exceto a bateria e/ou nos casos em que for constatado mau uso pelo cliente, ou defeitos provocados por agentes da natureza (raios, inundações, etc.) ou infestado por insetos, impedindo o concerto do mesmo.
- VIII. Está ciente que a manutenção Preventiva e Corretiva do equipamento, sempre que necessária, será efetuada pela equipe Técnica dentro do Horário comercial, exceto para os casos extremos.
- IX. Está ciente que as placas de alerta “ALB Monitoramento 24Hs” afixadas na parte externa do prédio, são de propriedade da Contratada, e serão retiradas no caso de rescisão deste instrumento, por qualquer das partes.

- X. É responsabilidade de a Contratante providenciar a perfeita manutenção da sua linha telefônica, para garantir a transmissão adequada dos sinais para a estação monitora Contratada.
- XI. A Contratante assume a responsabilidade de orientar e treinar as pessoas que tiverem acesso aos Equipamentos ou estejam habilitadas à utilização de sua senha, sobre a forma correta de utilizar a Segurança Eletrônica e seus disparos, objeto deste contrato.
- XII. A Contratada está isenta de responsabilidade pela interrupção no seu serviço causado por ausência de sinal, motivada por falha de funcionamento do sistema de telefonia pertence à Empresa Telefônica, Concordam ainda as partes, que a sabotagem da linha telefônica, que impeça a transmissão do sinal do alarme, não acarreta responsabilidade para a Contratada.
- XIII. Concordam também as partes, que a Contratada não terá responsabilidade pela interrupção dos serviços, quando esta for causada por fenômenos ou convulsões da natureza, perturbações ou convulsões de ordem pública, tempestades solares com influencia nas telecomunicações, radiações ionizantes incluindo as radioativas, apagões elétricos, incêndio, inoperância do sistema telefônico, limitações impostas pelo Poder Público, acontecimento de crime perigoso nas dependências da estação monitora e outros fatos graves que acarretem a impossibilidade ou temeridade da Contratada prestar o serviço objeto deste contrato e ainda referindo-se a motivo de força maior, conforme artigo do Código Civil Brasileiro.
- XIV. A Contratada está isenta de qualquer responsabilidade pela interrupção no seu serviço causado por fortuito ou força maior.
- XV. A Contratada, não é responsável por perdas ou danos que advenham à Contratante, de ordem material ou de integridade física de pessoas, cabendo exclusivamente à Contratante, a seu critério e expensas, contratar empresa seguradora para cobrir tais perdas e danos.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5. O descumprimento de cláusula pela Contratada permite também à Contratante a rescisão deste contrato, mediante notificação formal, sem prejuízo para a Contratada de receber a retribuição vencida até então, não acarretando mais nenhum ônus para ninguém.
 - I. É vedado a qualquer das partes ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações oriundas do presente contrato sem o prévio e expresso consentimento da outra parte.
 - II. O Código de Acesso privado (senha) será definido segundo critérios específicos da ALB. A Contratante poderá promover a modificação do seu código de acesso com o propósito de resguardar a segurança do sistema.

- III. O Código de Acesso é pessoal e intransferível, não podendo, em qualquer hipótese, ser fornecido a terceiros, ainda que temporariamente.
- IV. A rescisão deste instrumento, não desobriga a Contratante do pagamento de todo qualquer eventual débito que tenha criado em virtude da utilização dos serviços proporcionados nos termos deste contrato.
- V. A prestação iniciar-se-á, após a Contratada receber todos os débitos referentes aos equipamentos e mão de obra, conforme condições acertadas entre as partes, e a “*ficha de monitoramento*”, preenchida e assinada, e 24 horas após ocorrer a entrega formal do sistema de Segurança Eletrônica, instalado e funcionando.
- VI. As assinaturas neste contrato e na “*ficha de monitoramento*”, adendo que faz parte deste contrato, caracterizam a manifestação de vontade de inequívoca aceitação das cláusulas e conteúdo, sendo certo que este contrato é vinculado ao Contrato Público de Estação Monitora de Alarme Remoto, de igual teor, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Araguari. A aceitação e assinatura neste aqui importam na adesão às Cláusulas e condições de igual teor nele previstas.

CLÁUSULA SEXTA – FORO

6. Fica eleito o foro da comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, com renúncia e exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas as dúvidas, controvérsias ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem as partes de pleno acordo, justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, o qual lido e achado conforme, vai devidamente assinado, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas, a fim de que produza os devidos jurídicos e legais efeitos.

Araguari - MG, 15 de abril de 2015.

Ronaldo Brandão Barbosa
Diretor Presidente Interino ABHA

Marcos Paulo da Silva
Eletrônica Nuclear Ltda Me

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

DE ACORDO: 15 de abril de 2015.

Pétula Advogados Associados.